



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 9 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex. ^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex. ^{mo} Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente deu início à reunião às 12 horas e 45 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente prosseguiu com a análise na especialidade, apreciando o orçamento do Ministério da Educação, Cultura e Formação, tendo usado da palavra, além do Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação (Olinto

Daio), os Srs. Deputados António Barros (MLSTP/PSD), Adllander Matos (MLSTP/PSD), Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), José Viegas (MLSTP/PSD), Sebastião Santos (PCD), António Ramos (MLSTP/PSD) e Delfim Neves (PCD).

O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião às 15 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alexandre da Conceição **Guadalupe**
José da Graça **Diogo**
José António Sacramento Miguel
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Neves Sacramento **Barros**
António da Trindade Afonso **Ramos**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Gaudêncio Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Mascarenhas **Costa**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Educação, bem-vindo a esta Casa Parlamentar. Peço imensas desculpas, é muita pressão ao longo do dia, não é tão fácil assim conduzir isto e daí que vou sugerir o seguinte: se o Sr. Ministro quiser brindar-nos com as versões inseridas no seu orçamento, é boa altura para o fazer.

Então dou-lhe a palavra para fazer a sua introdução.

Murmúrios.

Srs. Deputados, decidimos de uma maneira, agora os senhores estão a fazer de outra maneira e estamos aqui a dizer que temos que ter respeito mútuo. Já não entendo isso. Não sei quem está a conduzir a reunião. Houve uma decisão que todos acataram e de repente agora decidiram o contrário.

O Sr. Ministro já está sentado à espera que iniciemos os trabalhos. Francamente, não estamos a dar um bom exemplo!

Uma Voz: — Alguns Deputados estão a comer.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei. Mas não estamos a dar um bom exemplo. Em abono da verdade é isso e temos que o dizer. Temos que pôr a mão na ferida. Nós mesmos estamos a banalizar a coisa.

É o seguinte: ontem tínhamos votado a alteração do programa e hoje, após alguma consulta com o Governo, parece que há uma decisão de se repor o programa para amanhã. Daí que, em consonância com aquilo que disse o Sr. Deputado António Barros, o proponente fez a proposta, portanto, passemos à votação.

Sr. Deputado quer argumentar?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, como o senhor disse, nós ontem fizemos uma proposta que era de alterar a discussão de amanhã para segunda-feira, mas soubemos do Sr. Ministro das Finanças que não é possível, tendo em conta que está no País uma missão. Então, volto a fazer uma nova proposta, que é de mantermos a discussão para amanhã.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então votar a proposta do Sr. Deputado, para terminarmos os nossos trabalhos amanhã.

Se for de consenso, neste sentido, amanhã, Srs. Deputados, às 8 horas e 30 minutos retomaremos os nossos trabalhos. Agradecia que realmente iniciássemos a essa hora, porque hoje começamos muito tarde, às 9 horas e 30 minutos, e todos os Srs. Deputados ainda não estavam na sala.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, para nos dar alguma informação sectorial.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação** (Olinto Daio): — Bom dia Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O orçamento do Ministério da Educação, Cultura e Formação para o ano 2012 obedece à mesma dinâmica lógica de enquadramento da filosofia do orçamento do Governo, numa perspectiva de contenção e também de apresentarmos alguns projectos que possam nos ajudar a vencer alguns desafios que temos na Educação. Neste contexto, temos alguns projectos, como já frisamos durante a generalidade, que são de continuidade, portanto, no âmbito de infra-estruturas. Já lançamos concurso para esses projectos em 2011 e terão a sua continuidade em 2012. De resto, há projectos que são inovadores e, nesse contexto, estamos aqui para colher propostas e também ouvir as observações que os Srs. Deputados fizerem a respeito deste orçamento da Educação.

Portanto, basicamente é isso e aguardo as contribuições dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos Srs. Deputados que coloquem as vossas perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para falar um pouco no que toca à Direcção de Ensino Superior e Formação. Como técnico dessa Direcção, estou preocupado com um pequeno detalhe deste orçamento. É no que se refere a bolsas de estudo para os estudantes são-tomenses que estão a fazer licenciatura em Portugal. Nós temos aproximadamente 230 estudantes em Portugal e o que aparece no orçamento para pagar um ano lectivo são Dbs. 7 233 000 000 00 (sete mil milhões e duzentos e trinta e três milhões de dobras), mas a verdade é que se fizermos um cálculo à razão de 250 euros mensais por estudante, precisaremos de aproximadamente Dbs. 16 905 000 000 00 (dezasseis biliões, novecentos e cinco mil milhões de dobras) para pagarmos um ano lectivo. O que temos são 7 biliões. Bem, é uma situação que já vem do ano anterior. Neste momento, o Governo tem dificuldades de pagar bolsas a estudantes em Portugal, porque já não há verba no capítulo orçado. Portanto, eu gostaria que aqui, na especialidade, encontrássemos alguma forma de aumentar esse montante, porque senão, no igual período do próximo ano, teremos graves problemas com o pagamento dos estudantes ao nível de licenciatura. Isso já não acontece com as rubricas de outros países, que em termos de rácio do número de alunos o valor que se propõe para a propina é suficiente e razoável. Há muita discrepância entre o valor que se propõe no orçamento e o valor necessário para cobrir essas despesas ao longo do ano.

É esta a minha preocupação.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar espaço para mais intervenções dos Srs. Deputados. Proponho que avancemos com as perguntas e depois o Sr. Ministro dará as explicações, mas se não houver perguntas, passo a palavra ao Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Obrigado Sr. Deputado Adllander Matos, a sua intervenção é pertinente como Deputado, porque como Deputado desconhece a dinâmica que está a acontecer na Direcção do Ensino Superior.

Nós temos esses alunos sim, mas estamos a fazer um trabalho para sabermos quem é quem e quem tem direito a essas bolsas, na filosofia de redução de custos. Nós sabemos que hoje muitos desses alunos que estão em Portugal estão a receber bolsas, mas não estão a estudar.

Nós pagamos alguns deles com muito atraso e quando lançamos a documentação de candidatura de renovação, exigimos que eles apresentem o certificado da escola. Ora, a escola não dá uma declaração porque eles têm dívidas. Então como resolver isso? A melhor estratégia seria pagarmos directamente a propina à escola, porque é uma ajuda de custos, é uma bolsa. Portanto, a bolsa não tem que ser 100%, aliás, 250 euros nem são 100% dos custos. Então é uma questão de opção. Pagarmos directamente a propina à escola, haverá maior confiança entre nós e a escola, o aluno já não terá problema de pagamento da sua dívida e além do mais irá permitir-nos um maior controlo dos alunos.

As propinas nas escolas são trimestrais, portanto, isso nos permitirá também uma maior gestão interna. Sabemos que o recurso que vem da bolsa de estudos é um recurso interno, contribuição de cada cidadão. Esse recurso começa a estar disponível em Março, Abril e Maio e se temos esse controlo de propinas com a universidade a mesma já saberá que o Estado vai pagar, mesmo que for daqui a 6 meses, por ser um acordo. O estudante irá preocupar-se apenas com os estudos, sabendo que já tem as propinas pagas e isso obriga-o automaticamente a estudar.

A simulação feita em muitas universidades, sobretudo públicas, sai-nos muito mais barata e podemos incorporar mais alunos nessa abordagem.

Infelizmente, como o Sr. Deputado nem sempre está na Direcção, não tem conhecimento disso e é por isso que está um pouco alheio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adllander quer continuar com mais perguntas? Tem a palavra, por favor.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, eu não quero discutir política consigo, porque eu enquanto técnico sigo a sua orientação política, enquanto Ministro. Eu fiz simplesmente uma apreciação em termos de números.

Eu entendo a política que tão bem explicou. Está-se a avaliar por propinas, mas os estudantes não vivem só de propinas. Se formos pagar apenas propinas, pergunto, e os outros custos que os estudantes têm? Estou a falar de livros, manuais, transportes. Os estudantes poderão vir a ter propinas pagas, mas terão outros tipos de constrangimentos. Temos que avaliar também essa hipótese. Ter propinas pagas é em São Tomé e Príncipe, enquanto nacionais, porque nós praticamos e é correcto. São nacionais, vivem um pouco instalados com casa e por aí fora. Agora, a questão que se coloca é: propina paga, tudo bem. Alimentação, manual escolar, transporte e outras despesas? Como? Certamente, fazendo um cálculo desse valor, necessariamente, iríamos precisar de mais. Não estaríamos a tentar resolver um problema, criando consequentemente um outro problema?

Era só isso. Não estava a discutir política nem opções políticas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro quer prestar algum esclarecimento adicional?

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Sim. É constrangedor estar a abordar essas questões com o Deputado que é ao mesmo tempo técnico, o que eticamente não devia ser.

Por um lado, admitamos que o que disse seja verídico, ok, então como técnico ligue-me a dar informações verídicas para facilitar essa abordagem.

Por outro lado, como técnico sabe realmente que mesmo os 250 euros que damos são insuficientes, porque não são bolsas 100%.

Como técnico sabe, por exemplo, que um aluno bolseiro do IPAD recebe muito mais para todos esses custos, mas a bolsa que a universidade dá aos nossos alunos não são para todos esses custos.

O Sr. Deputado está informado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, vejo aqui Escola em Rede e gostaria que Vossa Excelência nos brindasse com algumas informações relativamente a essa matéria. Posteriormente poderei intervir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Peço desculpas, Sr. Presidente, ainda não me habituei à praxe da Casa Parlamentar.

A Escola em Rede é um projecto que visa a integração das novas tecnologias no processo educativo. Nós sabemos que estamos na era do conhecimento e nesta era é fundamental a formação, porque o que acontece nesta era não é a mesma dinâmica da sociedade industrial.

Sabemos que temos à porta a fibra óptica, disponibilidade de serviços tecnológicos. O facto de termos aqui a fibra óptica não justifica que seremos ricos ou que o País estará desenvolvido. Portanto, é preciso pessoas capacitadas e informadas para saberem lidar não com equipamentos informáticos, mas sobretudo com conteúdos digitais. Já se devia ter feito isso, mas o País sempre tem vivido com problemas financeiros e esse processo foi sendo adiado e é mais que urgente. Estamos muito atrasados, mas integramos essas novas tecnologias no processo de educação. Isso vai trazer-nos vantagens enormes desde uma perspectiva de educação inclusiva, que é importante, e proporcionará novas ferramentas aos alunos para que possam adquirir mais conhecimentos e também para os próprios professores transferirem conhecimentos, habilidades e atitudes.

Além disso, esse projecto ainda contempla numa primeira fase a implementação de um sistema integrado de gestão escolar. Isso é fundamental para que possamos ter uma gestão de qualidade nas escolas, desde a gestão dos professores e dos cursos. Hoje levamos quase três semanas para fazer os horários dos professores, enquanto com o sistema de gestão integrada isso é muito fácil, é uma questão de horas. O seguimento dos alunos é importante e num clique podemos ter informações de estudantes num determinado estabelecimento, o seu aproveitamento, o grau de sucesso, etc., o próprio encarregado de educação pode seguir o seu educando, as informações estatísticas serão disponibilizadas a tempo, portanto, são grandes melhorias que esse sistema poderá trazer à Educação. Numa primeira fase, estamos a contar com a interligação das escolas secundárias que neste momento já têm os requisitos que facilitam esse processo.

Com o próprio envolvimento que temos com a CST, já há a Fibra Óptica que conecta todos esses estabelecimentos, o concurso para aquisição de equipamentos para esse sistema já foi lançado e já foi lançado também o concurso para aquisição do próprio sistema integrado de gestão escolar. Isso passará também pela criação de salas de informática nas escolas secundárias.

Este ano, no Liceu Nacional, já se começou a experiência. A partir do 10.º ano a disciplina de tecnologia de informação faz parte do currículo escolar. Portanto, este ano começamos no 10.º ano, mas o ideal é que comecemos já a partir do 7.º ano com esse currículo escolar. Posteriormente, poderemos alargar para as escolas básicas, aquelas que tiverem condições de segurança e de equipamentos. Por exemplo, há escolas que estão muito isoladas, não vale a pena colocarmos lá equipamentos e mesmo há questão de energia, porque poderemos ter problemas.

Portanto, é um projecto que vai trazer benefícios enormes. Como sabemos, hoje não temos bibliotecas nas escolas, mas com esse sistema, com salas de informática e Internet, os alunos poderão fazer pesquisas e poderão ter acesso a documentações e informações. Portanto, é um projecto muito valioso para o ensino neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Ministro. Vejo aqui em alguns itens do seu orçamento, por exemplo, vejo aqui distrito, nacional, depois vejo Caué, estou a falar da página 4 de 8. Eu tenho vários códigos nacionais, depois aparece um código aqui, 10.46, no Código 200 e também aparece Caué. Depois no Código 31.60 aparece Água Grande. O esclarecimento que eu gostaria de obter, Sr. Ministro, é porque é que no Código que eu me referi atrás, missões no exterior, aparece o Distrito de Caué e não um outro distrito?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Sim. É que a Educação está dividida em delegações. Infelizmente não temos delegações em todos os distritos, é por isso que aparece assim.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, se me permitirem, gostaria de fazer um pequeno comentário. O Sr. Ministro ao falar do projecto referiu-se ao cabo submarino e à Banda Larga. É verdade que o País vai entrar numa nova tecnologia da Banda Larga e seria bom que nós também pensássemos em tirar benefícios disso. E se puder também haver projectos de escolas que pudessem tirar benefício disso seria muito bom, porque vamos realmente entrar numa era de novas tecnologias e seria bom para o País.

Passo a palavra ao Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, agradeço por me conceder a palavra.

Sr. Ministro, inicialmente, tínhamos uma proposta, porque um dos ministérios que estamos a pensar que vai ganhar com as propostas de cortes que vimos fazendo será o Ministério da Educação e Cultura, pela importância e relevância que tem para o desenvolvimento do País.

Para esse projecto em concreto estávamos a pensar até numa proposta de redução do valor que está lá, 2 biliões para 50%.

Ouvimos a explicação do Sr. Ministro, ouvimos a extensão e a abrangência do projecto, achamos que é um projecto nobre e eu, com esta intervenção do Sr. Presidente que se referiu à fibra óptica, acho que dará um peso enorme à possibilidade de os alunos poderem interagir com o mundo.

Conhecendo a quantidade de escolas secundárias que há no País, vamos ser condescendentes com essa proposta e deixar a verba como está.

A sua explicação convenceu-nos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro quer fazer mais algum comentário?

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Obrigado pela informação. Esse projecto abrange 13 escolas secundárias nesta primeira fase, há uma que não é secundária mas que vai entrar, que é a Patrice Lumumba.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Lá também funciona a secundária, porque já tem a 7.ª classe.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Não! Independentemente disso, como é uma escola bem situada e toda infra-estrutura de cabo passa mesmo por aí, então podemos já avançar, tendo em conta a questão de segurança em relação às escolas primárias. O objectivo é de avançar paulatinamente com isso. Depois as escolas que têm maior número de aluno dependerão de uma a duas salas de tecnologia de informação. São equipamentos, computadores, telas digitais, geradores para energia e tudo isso acarreta custos. O custo com as fibras eléctricas, portanto o aluguer de circuitos de interligação, é alto, mas temos já a proposta da CST e vamos esperar a coisa baixar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Ministro, eu peço desculpas por estar a apresentar sempre questões, mas creio que estamos cá para isso e as dúvidas devem ser colocadas para serem esclarecidas e desde já os meus agradecimentos.

Eu tenho mais uma preocupação que tem a ver com a construção do jardim de infância de S. Marçal. Recordo ter escutado o Sr. Presidente da Câmara Distrital de Água Grande a dar uma entrevista na nossa TVS, assumindo essa obra e assim fiquei entre a espada e a parede. É obra da Câmara ou do Ministério da Educação? Não sei se o Sr. Ministro tem informações com relação a isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Neste orçamento está a construção do jardim/escola de São Marçal. Portanto, está no orçamento como actividade do Ministério da Educação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se calhar era bom nós avançarmos, porque são quase 15 horas e se não houver mais proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, quando me referia a esse projecto, ouvi alguns pequenos comentários e gostaria de deixar claro aqui o seguinte: quando nós fazemos as propostas, fazemo-las com coerência. Eu sou um Deputado convicto de que 80% das viagens não são rentáveis e sou livre de dizer aqui que eu tenho uma opinião dos problemas estruturais que andam à volta das viagens, mas nem vou despendar aqui.

Muitas vezes deixa-se coisas sérias, não se discute porque não há clima para se discutir. Ora, se uma coisa não produz resultado eu não me embarco nela. E é por isso que acho com toda a coerência que se reduza as despesas com viagens.

Bom, em relação a escola em rede, não estou a dizer que há resultados, mas prevê-se resultados mais visíveis. E assim com a sua explicação e pela quantidade de escolas secundárias que existem, olhamos os custos dos materiais e vimos que é razoável, são cento e pouco mil dólares para as escolas. O que está no orçamento para manter o pagamento é um valor razoável. Nós somos coerentes vemos a razoabilidade assim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Pedi a palavra não para questionar o Sr. Ministro, mas antes para cumprimentá-lo. Sr. Ministro muito boa tarde.

Sr. Presidente, era só para submeter uma proposta à Mesa no quadro daquilo que tem sido feito em relação a missões no exterior. Não posso nesse momento dizer à semelhança dos outros ministérios, porque não foi assim com o Ministério da Saúde.

Neste caso, quero propor que em relação ao Ministério da Educação, Cultura e Formação se mantenha para 2012 o mesmo valor do orçamento de 2011. Isso quer dizer que não há aumento de verbas para missões no exterior para o próximo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, quando muito não seja por dever de ofício, não posso deixar de intervir na educação. Quer eu eventualmente esteja a leccionar quer não, até que estou a leccionar, sempre me senti e sentir-me-ei sempre uma pessoa ligada à Educação. De facto nós ainda não conseguimos atribuir à Educação o verdadeiro valor que deve ocupar na nossa sociedade. Ouvimos muitas vezes dizer que a educação é prioridade, mas nem todos têm a verdadeira noção de em que consiste a prioridade da Educação. Tem a ver com a nossa formação, com a capacitação do homem são-tomense e nada melhor do que formar e capacitar os homens numa determinada sociedade. Até nas nossas casas, os nossos pais podem deixar-nos bens, mas se não nos capacitarem e nos derem formação, muitas vezes malbaratamos rapidamente esses bens.

Eu me sinto preocupado com a Educação porque devemos continuar a batalhar para a melhoria dela e dos quadros deste país com alguma formação, mesmo até sem formação pedagógica, para contribuírem para a melhoria e a formação dos nossos homens. Na minha perspectiva, essa formação deve vir bem esquematizada desde o ensino pré-escolar até ao universitário. Estamos em vias de montagem de uma universidade, mas enquanto isso os institutos superiores, incluindo o ISP, devem ser a aposta do Governo e do Estado na formação dos homens e sobretudo na formação interna. A formação interna tem uma mais-valia ainda além das outras que está enquadrada e quem se forma está mesmo no País daí a atenção que deva ser virada seriamente para o ISP e espero que ao nível do orçamento se encontre esse enquadramento.

Sr. Ministro, ouvi parte da sua explicação em relação a escola em rede e quero dizer que nos convenceu. A nossa aposta na educação é forte e acreditamos seriamente que este país só pode mudar se apostarmos seriamente na educação. Por isso, também queremos, e porque nos convenceu, dizer que estamos de acordo que não se proceda a essa redução.

Sr. Ministro, não sei como é que devemos encontrar uma solução, se bem que há a parte interna e também a parte externa.

Em Setembro, eu estive fora, passei por Pombal que é uma das cidades de Portugal que está entre Coimbra e Leiria, das poucas vezes que me desloquei, vi que a situação de alguns estudantes nossos é muito difícil. Ocorrem coisas que eu responsabilmente nem posso dizer e não devo dizê-lo aqui, mas acho que todos nós já devemos imaginar o que é que está a se passar. Os estudantes estão numa situação catastrófica. Repito, catastrófica! Alguns estudos e algumas estudantes que ainda recebiam alguma ajuda de custos que as escolas davam, foram suspensas, pelo menos enquanto eu lá estive. Procurei no orçamento e pareceu-me haver corte na verba dos estudantes.

Sr. Ministro, o senhor tem uma formação superior, eu tenho, outros colegas também e fizemo-las inclusive fora. Todos nós temos uma apreciação do que é estar fora do País, fora do nosso habitat normal, fora dos nossos familiares e numa situação de penúria autêntica. Isto não é um problema apenas seu. É um problema nosso, um problema do Estado, um problema nacional. Não sei que engenhocas orçamentais podemos fazer. Não sei se o senhor tem alguma para tentar minimizar essas questões. O que é possível fazer, quer do seu lado quer do lado da Casa Parlamentar, para encontrarmos alguma saída que mitigue essa questão? Estou seriamente preocupado com isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — O Sr. Deputado Sebastião Santos falou claramente que é um problema nosso. Aqui não vou fazer uma abordagem transversal, vou falar abordagem profunda para que as pessoas possam pensar. O que é que acontece? É que há um problema que nós sempre tivemos, se calhar, medo de enfrentar. Temos que ser claros e honestos com as pessoas e dizê-las o que é possível e o que não é, porque quando temos um investimento de quase 3 milhões de dólares anual e que não há nenhuma subvenção e nenhum financiamento e é o custo interno temos que pensar noutra estratégia. Depois infelizmente, quando na Grande Entrevista que tive na TVS, em Fevereiro, houve um ministro que me antecedeu que disse que não gostou quando eu disse que não havia base. Há aqui Deputado técnico que pode confirmar.

É que hoje se eu quiser um documento com a ficha completa de um estudante que está há 3 anos a receber bolsa, não temos. Temos estudantes que estão lá e toda gente quando reclama o seu estudante não recebeu, mas seu estudante de quem? Uma coisa é ser estudante de são-tomense e outra coisa é ser estudante do governo. São coisas diferentes. Mesmo nos EUA que é riquíssimo, há estudantes que são do governo americano e há os que têm bolsas de empresa ou coisa assim. Quando as pessoas não têm, toda gente reclama. As pessoas têm que identificar isso e para pormos ordem nisso não é um dia para outro. O tempo que eu me dei a mim próprio são 2 anos, quer dizer, até finais de 2012, para organizar as fichas das pessoas, controlar realmente. É por isso que eu dizia a instante que o contacto directo com as universidades é importante para termos controlo e sabermos quem é quem. Para nós conseguirmos a base de dados dos estudantes, quando passei por Lisboa em Maio a Direcção do Ensino Superior de Portugal imprimiu num instante as informações. Enquanto é vergonha eu pedir isso. Como é que eu que sou do Estado não tenho essa informação e o outro é que tem informações sobre os meus estudantes. É um problema. Então, estudantes estão nessa situação. Há estudantes que são das câmaras distritais, da Fundação Mãe São-tomense, da Fundação Aurélio Martins, da Fundação Solidariedade e outros que vão por sua conta própria. Então temos que distingui-los. E normalmente estudantes que foram legais são sobretudo profissionais e que também temos que distinguir, profissionais e superiores.

Tem-se que dar explicação para as pessoas perceberem um pouco das coisas. Tivemos cuidado e já fizemos vários interesses, porque o que é que acontece? Em Janeiro a Secretária-Geral foi contactar algumas universidades para fazer esse levantamento, mas as universidades não quiseram dar informações, porque mesmo com a minha credencial que ela levou, disseram que não tinham nada que dar informações sobre os estudantes. Na verdade é porque os próprios estudantes que fazem as suas inscrições e a instituição tem que proteger os dados dos estudantes. Nós nunca declaramos que somos os patronos dos estudantes, nunca. A transacção é feita para a embaixada e depois para a conta, mas hoje fazemos directamente para a conta. Então as universidades não nos dão as informações. Temos que ir buscar outro meio, ir ter directamente com a universidade, pagamos e a bolsa tem que ser definida. Porquê? O que é que acontece? Mesmo os 250 euros que pagamos hoje a um estudante não é nada. Quando faço essa proposta de pagamento da propina é para reduzir o círculo vicioso que não estávamos a conseguir resolver.

Quando a Secretária Geral foi às universidades, algumas que deram a lista, ficamos a saber que muitos estudantes estão lá com dívidas de 1000, 1500 2000 euros. O que é que acontece? São Tomé e Príncipe sempre enviou bolsas com o atraso de 3, 3 e 9 meses e quando um aluno recebe esse dinheiro em grosso, qual é o problema que ele vai resolver? Primeiro ele paga a renda da casa e depois é que vai pagar a

universidade e então para renovar a bolsa no próximo ano nós precisamos de declaração, mas a universidade não passa a declaração enquanto o estudante não pagar a propina. É por isso que as pessoas dizem que há alunos que estão a receber dinheiro e não estão a estudar. Na verdade quem recebe com tantas dívidas não consegue pagar a universidade. Ele não consegue receber a declaração da universidade para renovar e assim ou não enviamos ou enviamos sempre, quer dizer que há um desperdício de recursos. Vamos ficar nisso até quando, sabendo que o aluno não está a estudar?

Quando levantámos a lista realmente vimos que há alunos em Portugal desde 2006, que já deviam ter terminado o curso. Quando cortamos a bolsa ele reclama que tem dívidas. Quer dizer, há casos que têm que ser analisados. Portanto é um processo que vai levar tempo para colocarmos ponto final.

Falou-se também de bolsas profissionais. É preciso regulamentarmos o processo de concepção de bolsas, definirmo-las em si mesmo, porque vale a pena termos sempre cem alunos e pagar 1000 euros por mês do que ter 500 e não conseguir pagar. O estudante que recebe 250 euros com 6 meses de atraso não está a conseguir estudar. Quer dizer, é um desperdício. Nós estamos a subvencionar a estadia dele em Portugal e não o estudo, porque ele não está a pagar estudo e tem dívidas. É essa a grande problemática e então isso vai-se reduzindo paulatinamente, à medida que se vai identificando aluno por aluno, tendo a ficha desse aluno, o seu acompanhamento e tudo isso. Isso é feito aos poucos e vai levar tempo.

Não sei se expliquei bem essa problemática. Como eu próprio disse, é um problema nosso.

Vamos supor que este ano até 2015 não enviemos mais nenhum estudante. Só para aqueles que estão lá fora precisaremos de quase 7 milhões de dólares.

Um exemplo: anualmente pagamos 3 milhões e em 10 anos são 30 milhões. De 2001 até agora o Estado investiu mais ou menos 30 milhões de dólares. 30 milhões é o que precisamos hoje para injectar na Educação e resolver o problema da educação em São Tomé e Príncipe. Isso quer dizer o quê? Em vez de investirmos nessa maneira e se não encontrássemos uma instituição financeira por exemplo que nos desse 30 milhões, investiríamos na educação pré-escolar e no ensino superior. Assim resolveríamos o problema e nesse esforço de pagarmos 3 milhões pagaríamos esse crédito e resolveríamos o problema. É uma estratégia, mas isso é uma questão consensual e é por isso que o fórum que virá vai permitir esses debates todos para chegarmos a uma conclusão.

Quanto ao ISP, também estamos a investir, porque a estratégia de arrancarmos com o mestrado no ano passado foi justamente nessa perspectiva de em 3 a 4 anos termos doutores já formados para assumirem a liderança da universidade pública. Até é na mesma modalidade que queremos arrancar o doutoramento este ano. O que é que nós fizemos? Do Instituto de Bragança vêm professores que ficam cá 1, 2 a 3 meses, dão aulas e vão-se embora. Nós assumimos a estadia e todo esse custo.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD) — Penso que internamente o Sr. Ministro tem dados sobre a quantidade de alunos que estuda no IUCAI, no ISP e na Universidade Lusíada. O valor que o Estado dá à Universidade Lusíada é superior ao valor projectado para o ISP. Não sei se é devido à falta de estatística que a Lusíada tem um montante muito superior ao ISP, tendo em consideração que o ISP é estatal e tem mais alunos. Tenho dúvidas em relação a isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Não percebi bem a sua introdução, fiquei perdido. Filosofia é a arte da sabedoria.

A questão não é o montante que vai à Universidade Lusíada ou ao ISP. A propina na Universidade Lusíada são 75 euros e o Estado já vem pagando a bolsa de alguns alunos. Vai suspender um aluno a bolsa no meio do curso? Como é que ele vai ficar? Se o Estado garantiu que ia financiar o estudante, vai suspender a bolsa?

É verdade que numa perspectiva de responsabilidade organizacional o Ministério da Educação tem que dar prioridade ao ISP. É por isso que a bolsa interna do ISP é canalizada directamente, eles fazem a sua gestão e a propina é muito mais barata.

O Sr. Deputado tem que fazer essa análise. O número de alunos que beneficia de bolsa no ISP é superior ao da Universidade Lusíada, mas o custo da propina do ISP é muito inferior ao da Universidade Lusíada.

Poderíamos questionar se vamos dar bolsa aos alunos da Lusíada. São questões discutíveis. Outros podem dizer sim e outros dizerem não, porque os que estão na Lusíada também são são-tomenses, etc.

Este ano até tivemos uma boa negociação, tanto com a Lusíada como com a IUCAI. Penso que o Sr. Deputado aqui pode confirmar. No IUCAI negociámos com o Sr. Rita e baixou-se a contribuição. Na Lusíada, aqueles com quem o Estado já tinha compromisso para 3 anos continua a mesma coisa. Os novos é que baixámos para 50 ou 25 euros. Portanto, isso é uma questão de gestão interna.

Estamos a falar de alunos de mestrado e dos professores portugueses que vêm para dar aulas de mestrado e regressam a Portugal. É a isso que fizemos referência.

Avaliação de professores que dão aulas no sistema de Educação é outra coisa, não pode ser misturado. Isso é um plano interno que a instituição pode ter no seu recurso humano, é outra coisa. Cada instituição internamente sabe como valorizar o seu recurso humano.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, são 15 horas e 25 minutos. Em princípio, tínhamos previsto terminar por voltas das 15 horas. A hora está avançando e há mais dois Deputados inscritos. Talvez eu passaria a palavra a esses dois Deputados e depois passaríamos rapidamente à votação da proposta feita pelo Sr. Deputado António Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, compreendo as dificuldades que temos para resolver os problemas da Educação e a primeira dificuldade é que as instituições têm que tomar decisão e os decisores não estão convencidos de que a Educação é prioridade. Façam fóruns, o essencial é o expediente para tentar resolver esse problema de fundo.

Quero salvaguardar o princípio de que o Estado deve fazer tudo para que a formação feita aqui no País não seja desmotivada. Porquê? Porque temos que medir o custo/benefício e porque dizemos que não temos condições para financiar os estudantes que vão lá fora. Então, motivemos os estudantes aqui. Este princípio tem que ser salvaguardado.

Em relação aos estudantes lá fora, modéstia à parte, sou um dos grandes arquitectos da colocação de estudantes no exterior nos últimos 10 anos. Os estudantes que foram para Moçambique, até havia os que foram para a Espanha, a Grécia, etc., mas não vamos por aí, vamos para o essencial. O que é o essencial? O essencial é que temos estudantes fora, por exemplo em Moçambique, que ficaram cerca de 9 anos a receberem bolsas do Estado são-tomense, porque são bolseiros do governo são-tomense, enquanto em Portugal e em alguns outros países há a nuance de diferenças. Como é que o Estado foi continuando, não sei se já parou, a financiar os estudantes em Moçambique? Estive em Moçambique e sei que alguns estudantes andavam em algumas mordomias, porque não iam à escola e tratavam muito mais de si do que da vida académica. Associavam-se a outras coisas menos a coisas académicas. Isso resolve-se com quê? Com regulamentos. Tinha-se sugerido há muitos anos que se fizesse um regulamento que diga «o bolseiro do Governo são-tomense tem direito ao financiamento de bolsas, em função do país». A princípio eram 400 dólares, depois foi baixando. O curso de Medicina, por exemplo, dura 6 ou 7 anos e outros cursos são 4 ou 5 anos.

Por exemplo, no caso da Gulbenkian o aluno que chumba perde a bolsa; do IPAD se o aluno chumbar duas vezes perde a bolsa. O nosso Governo também tem que fazer isso e o Estado poupará em Moçambique. Aquele que não quis agarrar os estudos a sério, agarrou outras coisas, que fique lá nas outras coisas e o Estado já não tem nada a ver com ele.

Isso resolve-se com regulamento, Sr. Ministro.

Quando eu fui Ministro da Juventude, houve uma altura em que os alunos foram fazer formação técnica profissional em Portugal e fomos fazendo os expedientes. Esses alunos saíam e tínhamos, para cada aluno, o contacto com a escola e até sabíamos das faltas que eles tinham. Tínhamos esse dossier. Às vezes chamávamos atenção ao encarregado de educação, «o fulano de tal não vai à escola há 1 semana». Recebíamos por email a avaliação de cada um desses alunos.

O Ministério da Educação tem que introduzir isso lá, para além da via institucional. Houve várias visitas que foram feitas através do Ministério da Educação. É o que digo, as missões para o exterior nem sempre resolvem os problemas. O Sr. Ministro estará de acordo comigo.

Houve expedientes para se resolver o problema da base de dados, mas não se resolveu, foi-se para um meio passo.

O Ministério tem que arranjar condições e acho que a via Internet pode ajudar a mitigar os problemas de acompanhamento dos alunos que estão fora do País.

Sr. Ministro, há muitas coisas mais a dizer em relação a isso, mas não quero falar mais. Gostaria de pedir que na medida do possível se encontrasse uma diferenciação para lidar com os alunos que estão em Portugal, de uma forma muito mais séria, muito mais directa e mais objectiva. Saber efectivamente quem está a estudar, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, os alunos de formação técnico profissional normalmente têm uma ajuda de custos que as escolas dão, às vezes residências outras vezes há um pequeno cabaz que as câmaras dão, mas os alunos de formação superior não estão nessas condições. É por isso que o Sr. Deputado Adllander Matos tinha levantado a questão relacionada com os alunos de formação superior. Primeiro é preciso ver quanto tempo as pessoas estão lá a estudar e limitar o tempo com regulamento e rever os 250 euros. Se introduzirmos o regulamento, temos que introduzir melhorias em termos de organização. Se fizermos isso poderemos encontrar poupança aqui e acolá e ajudar a resolver os problemas de formação superior em Portugal, aqueles que recebem ajuda de custos do Governo são-tomense.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, em partes fui ultrapassado pelo Sr. Deputado José Viegas, mas gostaria de insistir nesta questão, porque sabemos que Portugal hoje enfrenta uma situação financeira difícil e que tem trazido consequências terríveis a nível social. Muitas vezes esses estudantes, sobretudo os que vão para formações profissionais, são apoiados pelas escolas, ao abrigo de programas com a União Europeia.

Pelo relato que o Sr. Deputado Sebastião Santos fez e pelas informações que também tenho, estamos perante uma situação até humanitária. Há situações extremamente difíceis em relação aos nossos estudantes em Portugal.

O Governo apresenta um tecto de 7 233 000 000 00 (sete biliões, duzentos e trinta e três milhões de dobras). Gostaria de saber da parte do Sr. Ministro se há alguma projecção em termos de números de estudantes que esta verba cobrirá. O Sr. Ministro falou da dificuldade em termos estatísticos, as informações são difíceis, gostaria de saber se essa verba tem por traz algumas informações ou é uma verba que o Sr. Ministro acha que pode resolver alguns problemas e para o próximo ano serem resolvidos outros.

Pelo conhecimento que tenho de Portugal, visto que fiz lá a minha formação, e tendo em conta a gravidade que conhecemos da situação, seria bom que o Sr. Ministro envolvesse associações estudantis e a embaixada. Porquê? Porque essas associações estudantis poderiam ajudar na resolução dessa questão em termos de informação. Estou a ver que se para tomarmos uma decisão partirmos de um pressuposto que não seja correcto, poderemos estar a penalizar aqueles estudantes que até são assíduos. Envolvendo as associações estudantis estaremos a nivelar em função das informações que recebermos daqueles estudantes.

Também sei que há muita gente, como foi dito aqui, que está em vários países a fingir que são estudantes, mas afinal de contas não o são.

Na minha perspectiva, o fundamental é termos informações. O trabalho nos próximos tempos deveria ser para obtermos informações e decidirmos em função de informações mais correctas possível.

Gostaria de sugerir ao Sr. Ministro, caso haja alguma incerteza relativamente a essa verba que aqui está e se ela foi nivelada por baixo, porque sei que a situação é extremamente difícil em Portugal, que fizéssemos eventualmente algum acréscimo dessa verba.

Repito, não sei quais são as informações que estão por detrás dessa verba que aqui está.

O Sr. **Presidente**: — Apenas um ponto de ordem e passaremos de imediato à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, não é um ponto de ordem, é apenas uma recomendação para ajudar o Sr. Ministro. Face a todas essas preocupações que acabei de ouvir e que parte delas é do meu conhecimento, para além desses dados estatísticos que vão ser melhorados, se calhar é preciso começar a fazer, se ainda não existem, triagens.

Dizia aqui o Sr. Deputado que me antecedeu que muitos estudantes em vários países fingem que estão a estudar e recebem bolsas do Estado são-tomense. A minha maior preocupação não é sequer que recebam, porque são filhos de são-tomenses e se for para receberem algum valor para não passarem fome não é nada mal. Pior é regressar a São Tomé com o título de doutor e...

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Toda gente é doutor.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — ... engenheiro, quando nem sequer passaram pela escola.

Há outro trabalho que peço ao Sr. Ministro para fazer, que é essa triagem para se saber exactamente quem é quem. Quem é doutor e quem não é. Quem formou, formou aonde e a apresentar o diploma. Numa primeira fase trazer podem trazer o certificado, mas passado algum tempo têm que trazer o diploma, para sabermos quem é quem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, também partilho a sua posição e não digo só lá fora, mesmo aqui dentro tem havido casos de pessoas que dizem que são formados, mas que não são. Era bom fazer de uma vez para sempre esse trabalho.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Todas intervenções são contribuições que já discutimos várias vezes e estamos conscientes da urgência dessas medidas. Infelizmente a Direcção de Ensino Superior foi criada este ano, temos lá dois técnicos, praticamente, e quase ausentes. Um é o Deputado que está cá e o outro é o responsável do sindicato, quase não param.

Precisamos mobilizar pessoas, porque isso é um trabalho.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Exige tempo.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — O Sr. Deputado é testemunha que já ficamos 3 dias e noites seguidas, nós os três no meu gabinete, a reflectir sobre isso. Não há pessoas para ajudar a fazer isso.

Compreendemos o que o Sr. Deputado Gaudêncio propôs. É verdade que há esses problemas, mas o Estado não pode assumir tudo. Se assumir tudo é pior ainda. Há pessoas de direito que o Estado enviou. O Estado tem que resolver esses problemas depois atender os outros. Porque não criar um instituto de apoio social para resolver esse caso?

Também concordamos com o que o Sr. Deputado José Viegas disse e estamos a trabalhar nisso. O regulamento já existe, só que há normas que ainda não colocámos, porque tem que ser gradual.

Há um país dos PALOP onde se o aluno receber bolsas ele é obrigado a regressar e trabalhar 2 anos como voluntário para o Estado. Trabalha 2 anos grátis para o Estado. Não se pode, de hoje para amanhã, implementar isso. Tem que ser paulatinamente para chegarmos lá.

Na verdade, como disse o Sr. Deputado, conseguia-se controlar, porque havia contactos com as universidades directamente. Hoje muitos estudantes que estão a estudar é que fizeram a sua inscrição, então foi-se metendo na lista e o Ministério não tem contacto com essas universidades. Quando tentamos contactar as universidades e pedir as informações não dão, porque nunca nos declaramos como tutor desses alunos. Essa que é a dificuldade que temos para organizar a casa neste sector.

Aos que vamos concedendo bolsas é que temos que corrigir esse problema, trabalhar nessa perspectiva.

No quadro de acordo com as universidades, se pagarmos as propinas, já poderemos exigir que nos enviem esses dados.

A questão que o Sr. Deputado Delfim Neves levantou não é só saber quem é quem. Há muito trabalho que a Direcção do Ensino Superior tem que fazer.

O Sr. Deputado Sebastião Santos disse que quase todos nós que estudamos lá fora temos diplomas, mas o diploma de nenhum de nós é reconhecido pela lei são-tomense. O que é que legaliza o nosso diploma? Nada. Já pensaram nisso? O que é que diz que o seu diploma é válido em São Tomé? Não há nenhuma lei.

Murmúrios.

É isso, são questões que estamos a levantar. Por exemplo, se um aluno estudou no IUCAI ou no ISP o Tribunal de Contas pede o seu diploma para verificar, porque é que não pediu o diploma de quem veio de Cuba, da França ou dos Estados Unidos da América? Porque não há nenhuma lei ainda, nunca houve.

Murmúrios.

É por prática. Estou a dizer que legalmente é preciso criarmos uma lei que reconheça internamente o diploma de quem vem de outros países.

Murmúrios.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, há uma estrutura do Ministério da Educação que tem a incumbência de fazer o reconhecimento.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Qual é o suporte legal? Não há.

É isso que estou a dizer. Temos que criar, é mais um desafio.

Quando o Sr. Deputado António Barros levantou a questão de viagens, disse que não se vai cortar a verba da Educação, vai-se manter. É como o Sr. Deputado José Viegas disse, cada viagem é uma viagem. Eu como Ministro viajei este ano uma vez e no quadro de um congresso. Fui ao Brasil não como Ministro da Educação Fiz vários contactos com a Direcção do Ministério da Educação do Ensino Superior e do Ministério da Cultura e vieram técnicos que estão a trabalhar connosco para a universidade de São Tomé. Portanto, uma viagem pode trazer muitas coisas, não é só decidir se é viagem, corta ou não corta. Temos que ver isso.

Se vamos ver realmente no Ministério da Educação, esse valor para viagens não é nada. Quantos técnicos devem viajar para participar em actividades, ou por exemplo queremos fazer uma visita de estudo, mesmo para visitar Cabo Verde ou Angola, não há recursos.

O problema é como isso não vem detalhado a dizer os objectivos. Não podemos ir assim, cortando só porque temos que cortar. Acho que se tem que avaliar o impacto das actividades e os resultados.

Agradeço a colaboração e as intervenções de todos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — A preocupação que levantei não é apenas de quem é quem e que apresente diploma, certificado ou currículo, mas o Ministério tem que entrar em contacto com a universidade para certificar, porque eu tenho um exemplo claro disso. Quando eu era ministro, ia nomeando alguém para ser director de uma determinada empresa pública e alguém me alertou que aquele senhor não tinha terminado a formação, mas toda a gente lhe chamava doutor.

Uma Voz: — Chamava ou continua a chamar?

Continuar a chamar. Quando pedi os documentos, apresentou-me o diploma e o certificado, mas porque já havia desconfiança, reencaminhei o documento, através da embaixada de Portugal, a Aveiro, para se saber se efectivamente a pessoa frequentou e concluiu a formação.

Soube que só matriculou e foi uma vez à escola durante 7 anos.

Risos.

É verdade, mas tratando-se de uma questão pessoal, chamei o indivíduo, expliquei-lhe a situação e disse-lhe que não iria tornar pública essa questão. Ele continua aqui como doutor.

Murmúrios.

Uma Voz: — E a nomeação?

Não o nomeei. Chamei-lhe e recusei-lhe a nomeação. Fiquei também com o compromisso de não tornar pública a situação dele, mas está por aí.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Há muitos.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — E por vezes os que terminam mesmo a gente ainda desconfia.

O Sr. **Presidente:** — Houve uma primeira proposta e depois houve um pedido do Sr. Ministro, no fim para haver alguma reconsideração. Gostaria de ouvir da parte dos Srs. Deputados qual é o sentimento neste sentido, antes de passarmos à votação da proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — A proposta mantém-se, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Mantém-se como previsto, corte das missões no exterior.

Uma Voz: — Quantos por centos.

Mantém o mesmo orçamento de 2011.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação:** — Quantas direcções existem no Ministério da Educação? Temos cerca de 12 direcções.

Ruídos.

Mesmo que o bilhete de viagem custasse 400 dólares não ia chegar para cada director viajar.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, não se enerve!

Risos.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação:** — Sr. Deputado, não estou a enervar-me. Eu pessoalmente recusei várias viagens e enviei outras pessoas. Não estou aqui para viajar, mas sim para trabalhar.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, compreendemos a extensão que tem o seu Ministério e compreendemos também que é verdade que nem todas as viagens produzem resultados, mas os propósitos até podem ser nobres.

Estou a consultar os meus correligionários e vamos ser condescendentes consigo. Depois há compromissos com a UNESCO, etc. Devíamos ser condescendentes, perdoar o Sr. Ministro e deixar a verba como está.

Eu já sabia que o Sr. Ministro foi ler...

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Podemos então considerar que a proposta inicial mantém-se?
Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Está bem, Sr. Presidente, eu retiro a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Então, Sr. Ministro, o orçamento do seu Ministério está aprovado.
Srs. Deputados, os nossos trabalhos chegaram ao fim por hoje. O nosso próximo encontro será amanhã e apelo à pontualidade dos Srs. Deputados.
Declaro encerrada a reunião.

Eram 15 horas e 55 minutos.